



Macapá, 25/10/ 2016 – 10h15 - 13h10

Local: Sede do SEBRAE de Macapá/AP

BP	AECOM	Entidades presentes
Fátima Ribeiro	Débora Aguiar	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Luís Pimenta	Décio Maia	SEBRAE
	Tatiane Moraes	OAB
		Secretarias municipais e estaduais
		SENAI

Às 10h50 Fátima Ribeiro, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Fátima Ribeiro, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

O representante de Meio Ambiente da OAB/AP, Sr. Paulo, questionou se o atual momento de operações da BP seria o de pesquisa sísmica. Fátima Ribeiro explicou que se trata da fase de licenciamento para perfuração exploratória, uma perfuração de pesquisa para verificar se existe petróleo e/ou gás a ser explorado.

O representante do SENAI/AP, Sr. José Reinaldo, pediu esclarecimentos sobre o *status* do processo de licenciamento de perfuração exploratória da BP. Fátima Ribeiro sanou a questão apresentando o *slide* sobre o cronograma do licenciamento.

O senhor Waldeir, membro do SEBRAE/AP, perguntou sobre a base aérea que será utilizada no empreendimento da empresa Total. Fátima Ribeiro explicou que não tem informações sobre a atividade da empresa Total e aproveitou para reforçar sobre a base aérea da BP prevista para o Oiapoque.

A senhora Waldize, representante da Agência Amapá, perguntou sobre o volume de pessoas se deslocando por meio terrestre para a base aérea do empreendimento. Fátima Ribeiro



explicou a dinâmica de transporte dos funcionários que deverão chegar ao Oiapoque de avião e seguirem de helicóptero para a região do bloco da BP.

O membro Sr. Waldeir, do SEBRAE/AP, questionou sobre o período de operação. Fátima Ribeiro, representante BP, esclareceu que a etapa de perfuração de exploração está prevista para um período de 150 dias, que podem ser prorrogados dependendo da situação.

O representante da AECOM, Décio Maia, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

O participante Sr. Newton, do CERH/AP, questionou sobre a ausência de municípios do Amapá como área de influência pelo critério pesca artesanal. Tatiane, representante AECOM, explicou a metodologia do estudo e colocou a atuação principalmente costeira, por parte dos pescadores do Amapá, não sendo estes afetados pela rota das embarcações de apoio. O representante da CERH/AP retomou a palavra e questionou sobre a distância do bloco, o que foi respondido por Décio. Fátima Ribeiro explicou que no caso de uma fase de produção, os *royalties* utilizam regras que beneficiariam também o estado do Amapá, e complementou que mesmo os municípios identificados como área de influência, neste momento da operação, não recebem nada.

O membro do CERH/ AP, Sr. Newton questionou se ocorre pesca industrial na área do Bloco e se esses pescadores também são considerados na definição da Área de Influência. Tatiane explicou que, de acordo com o diagnóstico ambiental, há pesca industrial realizada na área do bloco, porém, o Termo de Referência do IBAMA embasou a determinação da pesca artesanal como critério para definição da área de influência.

O representante Newton, do CERH/ AP, fez diversas colocações sobre o estudo, informando que há melhorias em relação aos EIAs realizados antes, devido ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para esta atividade ser melhor. Sugeriu ainda responsabilidades que considera da empresa, independente do termo de referência e do momento da operação. Fátima Ribeiro esclareceu sobre as atribuições da empresa BP, e reiterou sobre o atual momento do empreendimento. Tatiane da AECOM explicou que o termo de referência para licenciamento é claro ao solicitar no escopo somente projetos relacionados aos impactos diagnosticados.

O Sr. Newton, da CERH/ AP, questionou sobre os impactos do empreendimento nos recifes identificados na Foz do Amazonas. Décio explicou que não existem condicionantes para tal, já que a perfuração não será realizada em uma área de recifes. Apontou ainda estudos realizados acerca da coluna d'água, indicou que, segundo ele, o descarte de cascalhos no mar é o



principal impacto identificado, e ressaltou a importância do PMCF (Projeto de Monitoramento de Cascalho e Fluidos de Perfuração). Tatiane complementou informando que os cascalhos são lançados seguindo a legislação em vigor.

O Senhor Rubilar, também membro do CERH/AP, considerou que somente durante uma eventual fase de produção será realizado um estudo maior dos impactos ambientais, bem como se perceberá a real atuação da empresa no quesito responsabilidade social e os benefícios do empreendimento para a comunidade. Fátima Ribeiro colocou a importância de identificar as fases do processo de exploração e produção e frisou que a empresa segue as solicitações do IBAMA para o licenciamento ambiental (o *slide* dos contatos do IBAMA foi exposição).

A representante Luíza, da UEAP/ AP, ressaltou sua participação no estudo e fez algumas considerações.

A representante da BP reiterou que atualmente a licença é para a fase de perfuração exploratória, atividade de curta duração, e não estão previstos projetos de responsabilidade social para as comunidades nesta fase.

O membro da OAB/AP, Sr. Paulo, fez considerações sobre o papel da empresa BP, acerca da importância de não transferir as responsabilidades do Estado para tais empresas, e por fim, elogiou os esclarecimentos realizados pelos representantes da BP.

O representante do SEBRAE/AP, Sr. Waldeir, ressaltou a importância das reuniões com grupos de interesses alheios aos políticos, agradeceu o esclarecimento e a transparência para desmistificar certas expectativas sociais. Colocou ainda, como preocupação do SEBRAE, os impactos da atividade, bem como o fato do Amapá ser preterido para certos investimentos, em relação ao estado do Pará, por questões de infraestrutura.

O membro da OAB/AP, Sr. Paulo, se colocou à disposição para o diálogo e bom relacionamento com a empresa BP.

O representante do SENAI/ AP, Sr. José Reinaldo, agradeceu o convite e disse considerar importante sua participação para melhor esclarecer pessoas que solicitam curso de capacitação na área de petróleo e gás. Fátima considerou que independente de uma futura perfuração de produção, é importante que o SENAI incentive a capacitação nas distintas áreas do conhecimento.

Todas as dúvidas foram esclarecidas.

Às 13: 10 horas a reunião foi encerrada pela representante da BP.